

AES Tucano Holding II S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis1

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas

Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
AES Tucano Holding II S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tucano Holding II S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo Imobilizado

Conforme divulgado na nota 7, as controladas da Companhia possuem adições de Imobilizado que consolidadas montam a R\$ 184.219 mil, juros capitalizados que montam a R\$ 15.405 mil e o saldo do ativo imobilizado monta a R\$ 796.967 mil. Os itens capitalizados como ativo imobilizado ocorrem em conexão com a evolução das obras de construção das usinas, cujo reconhecimento é feito com base no CPC 27 – Ativo Imobilizado. Esses gastos incluem materiais, serviços de terceiros e juros sobre empréstimos.

O negócio em que a Companhia e suas controladas estão inseridas requer que a Companhia e suas controladas efetuem investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação à determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos.

Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a capitalização de gastos como ativo imobilizado;
- Entendimento dos controles internos da Companhia relacionados à identificação e capitalização dos itens qualificáveis;

- Exame, em base amostral, das adições de equipamentos e serviços de terceiros ocorridas no exercício;
- Recálculo dos juros sobre empréstimos capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado;
- Verificação da existência de indicativos de redução no valor recuperável desses ativos;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ativo imobilizado, incluídas na nota 7, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos ativos imobilizados, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

AES TUCANO HOLDING II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	70	15	270	184
Investimentos de curto prazo	3	41.351	71.657	160.299	180.966
Contas a receber de clientes		-	-	430	-
Contas a receber partes relacionadas	4	-	-	17.216	1.161
Cauções e depósitos vinculados		61	-	61	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.069	3.538	6.816	5.372
Outros tributos a recuperar		-	-	2	1.781
Outros ativos	5	1.893	775	23.604	58.935
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		46.444	75.985	208.698	248.399
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Cauções e depósitos vinculados		-	-	9.320	8.283
Outros ativos	5	2.313	-	2.429	112
Investimentos em controladas	6	546.844	479.946	-	-
Imobilizado, líquido	7	-	-	796.967	632.094
Intangível, líquido		-	-	32.908	45.407
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		549.157	479.946	841.624	685.896
TOTAL DO ATIVO		595.601	555.931	1.050.322	934.295
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		39	131	2.830	6.103
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	67.231	-	86.033	6.661
Passivo de arrendamento		-	-	193	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	608	76
Outros tributos a pagar		31	39	138	287
Dividendos a pagar		716	764	716	769
Provisões para processos judiciais e outros		61	-	61	-
Outras obrigações	9	-	-	27.510	8.588
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		68.078	934	118.089	22.484
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	308.285	336.565	682.906	673.346
Passivo de arrendamento		-	-	19.284	14.472
Tributos diferidos		2	-	964	1.814
Outras obrigações	9	-	-	9.843	3.747
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		308.287	336.565	712.997	693.379
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito		703.781	703.781	703.781	703.781
Capital social a integralizar		(523.548)	(523.548)	(523.548)	(523.548)
Reserva de lucros		39.003	38.199	39.003	38.199
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	219.236	218.432	219.236	218.432
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		595.601	555.931	1.050.322	934.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	11	-	-	113.067	56.732
Custo de produção e operação de energia	12	-	-	(38.242)	(10.338)
LUCRO BRUTO		-	-	74.825	46.394
Gerais e administrativas		(183)	(375)	(630)	(1.285)
Outras receitas (despesas) operacionais		(49)	-	(69)	33
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(232)	(375)	(699)	(1.252)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(232)	(375)	74.126	45.142
Receitas financeiras		9.172	10.529	24.912	27.205
Despesas financeiras		(39.248)	(38.674)	(52.511)	(27.700)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	(30.076)	(28.145)	(27.599)	(495)
Resultado de equivalência patrimonial		68.017	68.750	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		37.709	40.230	46.527	44.647
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(9.670)	(2.603)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2)	-	850	(1.814)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	14	(2)	-	(8.820)	(4.417)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		37.707	40.230	37.707	40.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.707	40.230	37.707	40.230
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	37.707	40.230	37.707	40.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Capital social a integralizar	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		703.781	(523.548)	-	-	(1.267)	178.966
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.230	40.230
Constituição de reserva legal		-	-	2.012	-	(2.012)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	36.187	(36.187)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(764)	(764)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	703.781	(523.548)	2.012	36.187	-	218.432
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(36.187)	-	(36.187)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.707	37.707
Constituição de reserva legal		-	-	1.885	-	(1.885)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	35.106	(35.106)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(716)	(716)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	703.781	(523.548)	3.897	35.106	-	219.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais:				
Lucro Líquido do exercício	37.707	40.230	37.707	40.230
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	12	-	21.755	2.755
Atualização monetária	13	15.349	17.840	25.839
Juros sobre arrendamento	13	-	500	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	13	(158)	(1.102)	(2.710)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	13	(9.337)	(23.957)	(25.007)
Encargos financeiros de dívidas	13	23.106	48.726	1.042
Amortização do custo de transação		763	718	930
Resultado de equivalência patrimonial	6	(58.778)	-	-
		8.652	512	101.941
Variação de ativos e passivos operacionais		446	(1.853)	(45.702)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		12.652	2.241	27.310
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.319)	-	(5.040)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	8	-	(7.408)	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(382)	-
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais		19.431	900	188.039
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	-	(199.624)	(323.381)
Aumento de capital em controladas	10	(9.937)	(98.965)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		27.654	(65.682)	17.988
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		125	-	4
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos		17.842	(164.647)	(181.632)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	8	-	36.988	332.915
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	8	(267)	(267)	(3.127)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	8	-	(7.419)	-
Pagamentos de arrendamentos (principal)		-	564	-
Dividendos pagos	10	(36.951)	(36.187)	-
Caixa líquido (usado) gerado pelas atividades de financiamentos		(37.218)	-	(6.321)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		55	(163.747)	86
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		15	163.762	184
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		70	15	270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tucano Holding II S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, Sala Gestão, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A., e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. e *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Foi constituída em 09 de agosto de 2019 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, compostas de quatro parques eólicos Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas	Atividades	Complexo	Sede	Participação	
				2023	2022
Tucano F1 Geração de Energia SPE S.A.	Geração Eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F2 Geração de Energia SPE S.A.	Geração Eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F3 Geração de Energia SPE S.A.	Geração Eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F4 Geração de Energia SPE S.A.	Geração Eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%

Complexo Eólico Tucano

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
Tucano F1	ACL	REA 8825/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,0
Tucano F2	ACL	REA 8817/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	4	24,8	11,5
Tucano F3	ACL	REA 8818/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,7
Tucano F4	ACL	REA 8819/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,9

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis individuais de 2023 no montante de R\$ 21.634 está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	70	15	270	184
Subtotal	70	15	270	184
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	41.351	71.657	160.299	180.966
Subtotal	41.351	71.657	160.299	180.966
Total	41.421	71.672	160.569	181.150

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2023 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 102,10% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

4 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Ativo circulante				
Outros ativos				
Dividendos a receber - Tucano F1	302	184	-	-
Dividendos a receber - Tucano F2	449	160	-	-
Dividendos a receber - Tucano F3	603	241	-	-
Dividendos a receber - Tucano F4	547	190	-	-
Subtotal Outros ativos	1.901	775	-	-
Contas a receber de clientes				
Venda de energia - AES Brasil Operações S.A.	-	-	17.168	-
Condomínio - Tucano F5	-	-	30	716
Condomínio - Tucano F6	-	-	5	143
Condomínio - Tucano F7	-	-	7	159
Condomínio - Tucano F8	-	-	6	143
Subtotal Contas a receber de clientes	-	-	17.216	1.161
Total do ativo	1.901	775	17.216	1.161
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores				
AES Brasil Operações S.A.	-	-	466	694
Subtotal	-	-	466	694
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				
AES Tucano II S.A.	716	764	716	769
Subtotal	716	764	716	769
Outras obrigações - Centralização de estoque				
Tucano F5	-	-	28	-
Tucano F6	-	-	5	-
Tucano F7	-	-	6	-
Tucano F8	-	-	6	-
Subtotal	-	-	45	-
total circulante	716	764	1.227	1.463
Total do passivo	716	764	1.227	1.463
Resultado (Receita líquida)				
Receita com venda de energia - AES Brasil Operações S.A.	-	-	53.233	-
Total do resultado	-	-	53.233	-

5 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Multas por atrasos (i)	-	-	23.444	58.903
Almoarifado	-	-	160	25
Dividendos a receber	1.893	775	-	-
Outros	-	-	-	7
Subtotal	1.893	775	23.604	58.935
Não circulante				
Impostos a compensar	2.313	-	2.317	-
Outros	-	-	112	112
Subtotal	2.313	-	2.429	112
Total	4.206	775	26.033	59.047

- (i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

6 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2023	2022
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	514.548	447.648
Direito de projetos e direitos contratuais (i)	32.296	32.298
Total	546.844	479.946

- (i) No consolidado, o direito de projetos e direitos contratuais são reclassificados para a rubrica de "Intangível".

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	Dividendos	31/12/2023
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	124.038	12.365	6.085	(11.337)	(235)	(116)	130.800
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	105.845	10.599	15.112	(8.044)	(95)	(287)	123.130
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	126.235	12.365	18.888	(9.171)	(217)	(359)	147.741
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.	123.828	12.365	18.693	(9.204)	(153)	(355)	145.174
Total	479.946	47.694	58.778	(37.757)	(700)	(1.117)	546.844

Movimentação dos investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Dividendos	31/12/2022
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	80.514	26.349	9.722	7.635	(182)	124.038
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	70.985	20.583	8.474	5.962	(159)	105.845
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	78.707	28.015	12.780	6.974	(241)	126.235
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.	82.797	24.018	10.060	7.143	(190)	123.828
Total	313.003	98.965	41.036	27.714	(772)	479.946

- (i) São direitos de exploração amortizados pelo prazo da autorização; conforme política interna, a amortização do Direito de exploração de autorização, foram estornados e serão amortizados a partir da entrada em operação do empreendimento.
- (ii) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e parte dos financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro do exercício
Tucano F1	108.258.797	235.471	111.742	108.259	117.644	6.085
Tucano F2	92.824.665	223.023	107.145	92.825	100.766	15.112
Tucano F3	108.258.797	257.789	118.540	108.259	120.361	18.888
Tucano F4	108.258.797	255.605	119.215	108.259	117.697	18.693

7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2023				2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	89.625	(2.443)	87.182	19.411
Máquinas e equipamentos	4,00%	714.765	(19.526)	695.239	21.200
Veículos	14,29%	738	(68)	670	387
Imobilizado em serviço		805.128	(22.037)	783.091	40.998
Imobilizado em curso (i)		392	-	392	581.815
Bens vinculados às concessão e autorizações		805.520	(22.037)	783.483	622.813
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,23%	14.926	(1.442)	13.484	9.281
Total Imobilizado		820.446	(23.479)	796.967	632.094

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,23%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Juros capitalizados	Transferências / Reclassificações (I)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.411	-	-	-	-	70.214	89.625
Máquinas e equipamentos	21.200	-	-	8.727	-	684.838	714.765
Veículos	387	-	-	-	-	351	738
Imobilizado em serviço	40.998	-	-	8.727	-	755.403	805.128
Imobilizado em curso (ii)	581.815	184.219	-	-	15.405	(781.047)	392
Bens vinculados às concessão e autorizações	622.813	184.219	-	8.727	15.405	(25.644)	805.520
Direito de uso de terreno arrendado	9.281	-	4.555	-	-	1.090	14.926
Subtotal	632.094	184.219	4.555	8.727	15.405	(24.554)	820.446
Depreciação / Amortização arrendamento	-	(20.174)	(232)	-	-	(3.073)	(23.479)
Total Imobilizado	632.094	164.045	4.323	8.727	15.405	(27.627)	796.967

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências / Reclassificações (i)	Depreciação	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.571	-	(4.179)	(981)	-	19.411
Máquinas e equipamentos	19.962	-	2.122	(884)	-	21.200
Veículos	-	-	417	(30)	-	387
Imobilizado em serviço	44.533	-	(1.640)	(1.895)	-	40.998
Imobilizado em curso (ii)	236.261	319.538	1.312	-	24.704	581.815
Bens vinculados às concessão e autorizações	280.794	319.538	(328)	(1.895)	24.704	622.813
Direito de uso de terreno arrendado	11.068	(933)	-	(854)	-	9.281
Total líquido	291.862	318.605	(328)	(2.749)	24.704	632.094

(i) Refere-se as transferências do imobilizado para o intangível.

(ii) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas e construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

		Controladora								
		2023								
		Circulante					Não Circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,06%	20.818	47.421	(1.008)	67.231	320.661	(12.376)	308.285	375.516
Total das debêntures			20.818	47.421	(1.008)	67.231	320.661	(12.376)	308.285	375.516

		Consolidado									
		2023									
		Circulante					Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,06%	20.818	47.421	(1.008)	67.231	320.661	-	(12.376)	308.285	375.516
Banco do Nordeste do Brasil - ("BNB")	2045	IPCA + 2,26%	17.239	1.733	(170)	18.802	345.379	31.941	(2.699)	374.621	393.423
Total de empréstimos e debêntures			38.057	49.154	(1.178)	86.033	666.040	31.941	(15.075)	682.906	768.939

		Controladora					
		2022					
		Não Circulante				Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,06%	326.142	24.314	(13.891)	336.565	336.565
Total das debêntures			326.142	24.314	(13.891)	336.565	336.565

		Consolidado									
		2022									
		Circulante					Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,06%	-	-	-	326.142	24.314	(13.891)	336.565	336.565	
Banco do Nordeste do Brasil - ("BNB")	2045	IPCA + 2,26%	6.559	267	(165)	6.661	326.356	13.294	(2.869)	336.781	343.442
Total de empréstimos e debêntures			6.559	267	(165)	6.661	652.498	37.608	(16.760)	673.346	680.007

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora	Consolidado
	Debêntures	Empréstimos e debêntures
Saldos em 31 de dezembro de 2021	297.823	297.823
Ingressos	-	332.915
Encargos financeiros	20.184	25.746
Variação monetária	17.840	25.839
Diferimento dos custos de transação	-	(3.127)
Amortização dos custos de transação	718	811
Saldos em 31 de dezembro de 2022	336.565	680.007
Ingressos	-	36.988
Encargos financeiros	23.106	48.726
Variação monetária	15.349	17.382
Pagamento de principal	-	(7.419)
Pagamento de encargos financeiros	-	(7.408)
Diferimento dos custos de transação	(267)	(267)
Amortização dos custos de transação	763	930
Saldos em 31 de dezembro de 2023	375.516	768.939

8.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado				
	Debêntures	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos	Encargos	Custos de transação	Total
2025	12.430	(791)	11.639	12.430	16.796	1.552	(963)	29.815
2026	14.547	(814)	13.733	14.547	16.956	1.568	(986)	32.085
2027	15.982	(826)	15.156	15.982	17.664	1.634	(998)	34.282
2028	18.167	(821)	17.346	18.167	18.512	1.713	(992)	37.400
2029	20.492	(780)	19.712	20.492	19.330	1.795	(947)	40.670
2030 em diante	239.043	(8.344)	230.699	239.043	256.121	23.679	(10.189)	508.654
Total	320.661	(12.376)	308.285	320.661	345.379	31.941	(15.075)	682.906

8.2 Características da dívida

Companhia	Descrição	Valor ingresso	Data de emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
AES Tucano Holding II	Debêntures - 1ª Emissão	300.000	01/10/2021	IPCA + 6,06%	Semestral (a partir de 2024)	Semestral (a partir de 2024)	375.516	Setembro/2041	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x, medição a partir de 2024.	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Controladas	Financiamento - BNB	332.915	01/04/2022	IPCA + 2,26%	Mensal (a partir de agosto de 2023)	Mensal (a partir de agosto de 2023)	393.423	Julho/2045	N/A	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II

9 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	2023	2022
Circulante		
Centralização de Estoque	45	-
Outros (i)	27.465	8.588
Subtotal	27.510	8.588
Não circulante		
Retenções contratuais	206	1.598
Meio ambiente	7.007	-
Desmobilização	1.488	-
Outros	1.142	2.149
Subtotal	9.843	3.747
Total	37.353	12.335

- (i) Referem-se às obrigações relativas ao fornecimento de turbinas e equipamentos, que foram reclassificadas da rubrica de Fornecedores para posterior compensação com o ativo decorrente de multas previstas em contrato, que estabelece penalidade por achievement of substantial completion por atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico. Em junho de 2023 houve a compensação com o ativo no montante de R\$ 96.749.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 703.781 dividido em 703.781 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2023	2022
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
AES Tucano Holding I.S.A	703.781.048	703.781.048
Total das ações ordinárias	703.781.048	703.781.048

10.2 RESERVAS DE LUCROS

(a) Reserva de investimento

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$35.106 a título de reserva de investimentos.

(b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 1.885 através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

10.3 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R\$ 716 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

	Consolidado	
	2023	2022
Partes relacionadas (nota 4)	53.233	-
Lucro cessante (i)	59.335	58.903
Mercado de curto prazo	4.379	-
Receita operacional bruta	116.947	58.903
(-) PIS e COFINS	(3.880)	(2.153)
(-) ICMS	-	(18)
Receita operacional líquida	113.067	56.732

- (i) Refere-se a multa por atraso a receber pelas SPEs Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4 previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

12 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Mercado de curto prazo	(2.576)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(9.566)	(5.853)
Taxa de fiscalização ANEEL	(10)	(1)
Subtotal	(12.152)	(5.854)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(4.137)	(1.693)
Material	(160)	(34)
Depreciação e amortização	(21.755)	(2.755)
Seguros	(1)	-
Arrendamentos e aluguéis	(7)	-
Outros custos operacionais	(30)	(2)
Subtotal	(26.090)	(4.484)
Total	(38.242)	(10.338)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	9.342	9.710	23.965	25.007
Variações monetárias	272	1.332	272	2.710
PIS e COFINS sobre receita financeira	(447)	(513)	(447)	(512)
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	5	-	1.102	-
Atualização SPOT	-	-	20	-
Subtotal	9.172	10.529	24.912	27.205
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas (nota 8)	(23.869)	(20.902)	(49.656)	(34.556)
Variação monetária (nota 8)	(15.349)	(17.840)	(17.382)	(17.840)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(6)	-	(6)	-
Juros sobre arrendamento	-	-	(500)	-
Juros capitalizados no imobilizado em curso (nota 7)	-	-	15.405	24.704
Tarifas e encargos bancários	-	68	-	(8)
Outras despesas financeiras	(24)	-	(372)	-
Subtotal	(39.248)	(38.674)	(52.511)	(27.700)
Total Líquido	(30.076)	(28.145)	(27.599)	(495)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, suas controladas apuram com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	37.709	37.709	46.527	46.527
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(9.427)	(3.394)	(11.632)	(4.187)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Adições (exclusões) permanentes:				
Diferenças temporárias sem Imposto Diferido Constituído	(185)	(66)	(185)	(66)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(5.140)	(1.850)	(5.140)	(1.850)
Atualização de indébito tributário	68	24	68	24
Doações e Brindes	(12)	(4)	(12)	(4)
Diferenças de base - Controladas lucro presumido	-	-	10.721	3.443
Resultado de equivalência patrimonial	14.695	5.290	-	-
Outros	(1)	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2)	-	(6.180)	(2.640)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	-	-	(6.732)	(2.938)
Diferidos	(2)	-	552	298
Total	(2)	-	(6.180)	(2.640)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	-13,3%	-5,7%

	Controladora		Consolidado	
	2022		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	-	-	(1.835)	(768)
Diferidos	-	-	(1.178)	(636)
Total	-	-	(3.013)	(1.404)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	40.230	40.230	44.647	44.647
Adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	(41.035)	(41.035)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	767	767	767	767
Amortização do intangível	-	-	-	-
Atualização SELIC de créditos tributários	(14)	(14)	(14)	(14)
Diferença temporária s/ diferido constituído (arrendamento)	52	52	52	52
Receitas financeiras	-	-	-	-
Ajuste Lucro Presumido	-	-	(33.015)	(29.856)
Total das adições (exclusões)	(40.230)	(40.230)	(32.210)	(29.051)
Resultado ajustado	-	-	12.437	15.596
Alíquota nominal	15%	9%	25%	9%
Total da despesa com tributos	-	-	(3.109)	(1.404)
Outros	-	-	96	-
Total da despesa com tributos	-	-	(3.013)	(1.404)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023		2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	270	270	184	184	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	160.299	160.299	180.966	180.966	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		430	430	-	-	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas	4	17.216	17.216	1.161	1.161	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		9.381	9.381	8.283	8.283	Custo amortizado
Total		187.596	187.596	190.594	190.594	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		2.830	2.830	6.103	6.103	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	768.939	767.089	680.007	680.007	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		19.477	19.477	14.472	14.472	Custo amortizado
Dividendos a pagar	4	716	716	769	769	Custo amortizado
Total		791.962	790.112	701.351	701.351	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(a) Estrutura de gerenciamento dos riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

(a.1) Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, *compliance*, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

(a.2) Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Diretoria de Controladoria e Planejamento Tributário, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações contábeis e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

(a.3) Auditoria Interna

A Companhia conta também com uma área de Auditoria Interna que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de imprecisões significativas nas informações contidas nas demonstrações contábeis da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e a situação dos planos de ação são comunicados periodicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações contábeis, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria Estatutário.

(a.4) Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pelo Departamento de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Adicionalmente, todos os empregados da Companhia recebem uma cópia do Guia de Valores quando da admissão, bem como treinamentos específicos sobre o programa de Compliance e as principais políticas da Companhia. Além disso, a cultura de integridade e importância do Compliance são reforçadas anualmente pelas mensagens da alta-liderança e o departamento de Ética e Compliance divulga comunicações periódicas para todos os colaboradores a respeito de suas políticas e procedimentos. A Companhia ainda conta com um Código de Conduta de Fornecedores que é divulgado aos seus parceiros comerciais na cadeia de suprimento e anexado aos contratos relevantes junto com cláusulas contratuais que preveem condições de integridade e Compliance dentro dos padrões estabelecidos pela Companhia. Ainda, todos os fornecedores da cadeia de alto-risco da Companhia recebem treinamentos específicos sobre o Guia de Valores e políticas de Compliance.

Em caso de denúncia, suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pelo Departamento de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas serão tomadas tempestivamente, sejam elas medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - Se houver eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	70	15	270	184
Investimentos de curto prazo	41.351	71.657	160.299	180.966
Contas a receber de clientes	-	-	430	-
Contas a receber partes relacionadas	-	-	17.216	1.161
Cauções e depósitos vinculados	61	-	9.381	8.283
Total	41.482	71.672	187.596	190.594

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, empréstimos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	375.516	336.565	768.939	680.007
Caixa e equivalentes de caixa	(70)	(15)	(270)	(184)
Investimentos de curto prazo	(41.351)	(71.657)	(160.299)	(180.966)
Cauções (garantias de financiamentos)	(61)	-	(9.381)	(8.283)
Dívida líquida	334.034	264.893	598.989	490.574
Patrimônio líquido	219.236	218.432	219.236	218.432
Índice de alavancagem financeira	152%	121%	273%	225%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 8. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Controladora					Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	39	-	-	-	-	39	131
Debêntures	-	36.176	78.456	137.542	600.057	852.231	815.363
Dividendos a pagar	-	-	716	-	-	716	764
Total	39	36.176	79.172	137.542	600.057	852.986	816.258

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	Consolidado		Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
				De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	2.830	-	-	-	-	2.830	6.103
Debêntures	-	36.176	78.456	137.542	600.057	852.231	815.363
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.843	31.988	81.095	117.085	411.081	653.092	623.397
Passivo de arrendamento	50	150	219	789	18.953	20.161	14.472
Dividendos a pagar	-	-	716	-	-	716	769
Total	14.723	68.314	160.486	255.416	1.030.091	1.529.030	1.460.104

(b.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2023. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(b.5) Risco de mercado

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investimentos de curto prazo	41.351	71.657	160.299	180.966
Cauções e depósitos vinculados	61	-	9.381	8.283
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(388.900)	(350.457)	(785.192)	(696.933)
Passivo de arrendamento	-	-	(19.477)	(14.472)
Total	(347.488)	(278.800)	(634.989)	(522.156)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	160.299	8.191	12.295	16.383	20.486	24.574
Impacto no resultado			8.191	12.295	16.383	20.486	24.574
Total da exposição líquida			8.191	12.295	16.383	20.486	24.574

Cauções e depósitos vinculados	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Cauções e depósitos vinculados	CDI	9.381	479	720	959	1.199	1.438
Impacto no resultado			479	720	959	1.199	1.438
Total da exposição líquida			479	720	959	1.199	1.438

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Debêntures - 1ª Emissão	IPCA	(388.900)	(31.569)	(35.570)	(39.571)	(43.572)	(47.573)
BNB	IPCA	(396.292)	(16.818)	(20.749)	(24.680)	(28.611)	(32.542)
Impacto no resultado			(48.387)	(56.319)	(64.251)	(72.183)	(80.115)
Total da exposição líquida			(48.387)	(56.319)	(64.251)	(72.183)	(80.115)

Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custo de transação.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding II, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o nos avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58, e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições nosONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da Cnos e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas. Quando o regramento final for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Em agosto de 2023, houve uma ocorrência de nível nacional “apagão”, que impactou em grande escala geração de energia renovável, principalmente, no Nordeste brasileiro. Essa restrição, por decisões de segurança sistosca do ONS, se manteve alta e frequente ao longo dos próximos meses, tendo impactos até o momento (dezembro).

Em função das restrições, que são constrained-off para usinas eólicas, em outubro, a ABEEólica conjuntamente com seus associados ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de constrained-off.

Ainda em outubro, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido e, portanto, o TRF 1 decidiu por deferir, liminarmente, o pedido de compensação dos eventos de constrained-off sem as restrições impostas pela REN 1030.

Os efeitos da liminar, proferida em 30/11 estão sendo avaliados e tiveram questionamento pela CCEE, portanto, não há como avaliar financeiramente.

(c.3) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.4) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.